

J E R E M Y S C A H I L L

GUERRAS SUJAS

O MUNDO É UM CAMPO DE BATALHA

Tradução de
Pedro Cordeiro

MARCADOR

Aos jornalistas:

Os que foram encarcerados por fazerem o seu trabalho e os que morreram em busca da verdade.

«É proibido matar: logo, todos os assassinos serão punidos, salvo se matarem em grande quantidade e ao som de trombetas.»

VOLTAIRE

MAPAS

MOGADÍSCIO

WADADA DHARKENLEEY

JIDKA WARSHADDAHA

JIDKA WARSHADDAHA

Antiga embaixada dos EUA



JIDKA AFGOOYE

JIDKA SODONKA

Mercado de Bakaara

WADADA LIBERIA

JIDKA BAKARAHHA

W HOWLWADAAG

W. 21KA NOFEEMBAR

VIA MAHMUD HARBI

JIDKA JANABAL DAUD

W SIINAAY

JIDKA SODONKA

W BALSAD

Villa Somália

WADADA WAABERI

W. MOSOON

VIA TANZANIZ

W. GANDA

VIA MOSOON

VIA TANZANIZ

VIA 1 JULI

CORSO SOMALIA

VIA SANCA

VIA BENDER KASIM

WADADA LIIDO

AEROPORTO INTERNACIONAL ADEN ADDE

WADADA JAZIIRA

VIA GEBIE

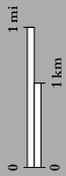
W JAALE SIYAAD

WADADA GABONKA DYARADHA

WADADA WAABERI

Porto de Mogadiscio

OCEANO ÍNDICO





NOTA AO LEITOR

Esta é uma história sobre como os Estados Unidos vieram a adotar o assassinio como parte central da sua política de segurança nacional. É, também, uma história sobre as consequências dessa decisão para pessoas em inúmeros países em todo o globo e para o futuro da democracia americana. Embora os atentados de 11 de setembro de 2001 tenham alterado dramaticamente a forma como os Estados Unidos conduzem a sua política externa, as raízes desta história são muito anteriores ao dia em que as Torres Gêmeas caíram. No mundo pós-11 de Setembro, há também uma tendência para ver a política externa dos EUA através de uma lente parcial, que, por um lado, sugere que a invasão do Iraque pelo presidente George W. Bush foi um enorme desastre que instilou na nação a mentalidade de que estava numa guerra global e, por outro, que ficou para o presidente Barack Obama o trabalho de resolver a trapalhada. Aos olhos de muitos conservadores, o presidente Obama tem sido pouco resoluto em confrontar o terrorismo. Aos olhos de muitos liberais, está a empreender uma guerra «mais esperta». As realidades, contudo, têm muito mais nuances.

Este livro conta a história do alargamento das guerras ocultas dos EUA, o abuso das prerrogativas do Executivo e os segredos de Estado, a adoção de unidades militares de elite não responsabilizáveis, que respondem apenas perante a Casa Branca. *Guerras Sujas* também revela a continuidade de um modo de pensar em que «o mundo é um campo de batalha», presente em ambas as administrações republicana e democrata.

A história começa com um breve resumo da abordagem dos EUA ao terrorismo e aos assassinios antes do 11 de Setembro. A partir daí, entro e saio de várias histórias, cobrindo desde os primeiros dias de Bush na presidência até ao segundo mandato de Obama. Encontramos figuras da Al-Qaeda no Iémen, senhores da guerra apoiados pelos EUA na Somália, espiões da CIA no Paquistão e comandos das Operações Especiais encarregados de caçar as pessoas consideradas inimigos da América. Conhecemos os homens que dirigem as operações mais secretas para as forças armadas e a CIA e ouvimos as histórias de iniciados que passaram a vida na sombra; alguns deles só falaram comigo na condição de a sua identidade nunca ser revelada.

Agora o mundo conhece a SEAL Team 6 e o Comando de Operações Especiais Conjuntas, por serem as unidades que mataram Osama bin Laden. Este livro revelará missões até agora não divulgadas ou pouco conhecidas, realizadas por estas mesmas forças, que nunca irão ser discutidas por aqueles que estão ao leme do poder nos Estados Unidos nem imortalizadas em filmes de Hollywood. Entro a fundo na vida de Anwar al-Awlaki, o primeiro cidadão dos EUA que se sabe ter sido alvo de assassinio pelo seu próprio Governo — apesar de nunca ter sido acusado de um crime. Também ouviremos aqueles que são apanhados no meio disto — os civis que enfrentam bombardeamentos de *drones* e atos de terrorismo. Entramos em casa de civis afegãos cujas vidas foram destruídas na sequência de um ataque noturno das Operações Especiais que correu mal, transformando-os de aliados dos EUA em putativos bombistas suicidas.

Algumas das histórias deste livro podem, à primeira vista, parecer desligadas, dizendo respeito a pessoas muito distantes umas das outras. Tidas em conjunto, porém, revelam uma visão pavorosa do que o futuro nos reserva num mundo cativo de guerras sujas em permanente expansão.

JEREMY SCAHILL

PRÓLOGO

O jovem adolescente estava sentado lá fora com os seus primos, reunidos para um churrasco. Usava cabelo comprido e desalinhado. A sua mãe e os avós tinham insistido repetidas vezes para que o cortasse. Mas o rapaz achava que aquele visual se tinha tornado a sua imagem de marca, e gostava dele. Umhas semanas antes, fugira de casa, mas não num gesto de revolta adolescente. Fora numa missão. No bilhete que deixou à mãe, antes de se escapulir pela janela da cozinha enquanto o Sol nascia e de se dirigir à estação de autocarros, admitia ter tirado dinheiro da carteira dela — 40 dólares — para o bilhete de autocarro, e pedia desculpa por isso. Explicava a sua missão e suplicava perdão. Dizia que depressa voltaria a casa.

O rapaz era o filho mais velho daquela família. Não apenas da família composta pelos seus pais e os três irmãos; era o mais velho da geração recente na casa grande que partilhava com as tias, os tios e os primos e dois dos seus avós. Era o favorito da avó. Quando tinham visitas, servia-lhes chá e doces. Quando se iam embora, arrumava tudo. Uma vez, a avó torceu o tornozelo e teve de ser tratada no hospital. Ao sair a coxear da sala de tratamentos, lá estava o rapaz, para a cumprimentar e garantir que chegava a casa em segurança. «És um rapaz gentil», dizia-lhe sempre a avó. «Nunca mudes.»

A missão do rapaz era simples: queria encontrar o pai. Não o via há anos e receava, caso não o encontrasse, ficar reduzido a memórias desfocadas: o pai a ensiná-lo a pescar; a montar a cavalo; a surpreendê-lo com

numerosos presentes no seu dia de anos; a levá-lo, e aos irmãos, à praia ou à loja de doces.

Encontrar o pai não ia ser fácil. Era um homem procurado. Tinha a cabeça a prémio e escapara à morte por pouco mais de uma dúzia de vezes. O facto de forças poderosas em vários países procurarem o seu pai não desencorajava o rapaz. Estava cansado de ver vídeos em que pintavam o pai como terrorista e uma figura malévola. Para ele, era só o seu pai, e queria ter um último momento com ele. Mas as coisas não correram bem assim.

Três semanas depois de ter saltado pela janela da cozinha, o rapaz estava lá fora com os primos — adolescentes como ele — a preparar um piquenique, um jantar sob as estrelas. Terá sido então que ouviu os *drones* aproximarem-se, seguidos do zumbido dos mísseis. Foi um golpe direto. O rapaz e os primos foram despedaçados. Do rapaz só sobrou a parte de trás da cabeça, com o cabelo solto ainda preso a ela. Tinha ele feito 16 anos umas semanas antes e, agora, fora morto pelo seu próprio Governo. Era o terceiro cidadão dos EUA a ser morto, em duas semanas, em operações autorizadas pelo presidente. O primeiro fora o seu pai.

«HAVIA UMA PREOCUPAÇÃO (...) NÃO CRIARMOS UMA LISTA DE ALVOS AMERICANA»

Washington, D. C., 2001-2002 — Eram 10h10 da manhã de 11 de junho de 2002, nove meses certos desde os atentados do 11 de Setembro. Os senadores e os representantes entraram na Sala S-407 do Capitólio dos EUA. Todos eles eram membros de um pequeno grupo de elite em Washington e, por lei, tinham-lhes sido confiados os segredos de segurança nacional mais protegidos do Governo dos EUA. «Propo-nho que esta reunião do comité seja fechada ao público», declarou o republicano Richard Shelby, senador sénior do Alabama, pronunciando-o na fala arrastada do Sul, «dado que a segurança nacional dos Estados Unidos poderia ficar comprometida se um processo se tornasse público». A moção depressa obteve apoios e a audição decorreu em segredo.

Enquanto os membros do Comité Seletor do Senado para as Informações Secretas e o Comité Seletor Permanente da Câmara dos Representantes para as Informações Secretas se reuniam em Washington, a meio mundo dali, no Afeganistão, líderes tribais e políticos convocavam uma *loya jirga*, um «grande conselho», encarregado de decidir quem iria governar o país após o rápido derrube do Governo dos talibãs pelas tropas dos EUA. Depois do 11 de Setembro, o Congresso dos EUA conferira à Administração Bush vastos poderes para perseguir os responsáveis pelos atentados. O governo talibã, que dirigira o Afeganistão desde 1996, foi esmagado, o que retirou à Al-Qaeda o seu santuário no Afeganistão. Osama bin Laden e outros líderes da Al-Qaeda estavam a monte. Para a Administração Bush, todavia, uma longa guerra estava apenas a começar.

Na Casa Branca, o vice-presidente Dick Cheney e o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, estavam embrenhados no planejamento da próxima invasão — a do Iraque. Tinham chegado ao poder com planos para destronar Saddam Hussein, e apesar de não haver qualquer ligação iraquiana aos atentados, usaram o 11 de Setembro como pretexto para porem o seu programa em marcha. Mas as decisões tomadas nesse primeiro ano da Administração Bush foram muito para além do Iraque, do Afeganistão ou mesmo da Al-Qaeda. Os homens no poder, nesse tempo, estavam determinados a mudar a forma como os Estados Unidos travam as suas guerras e, pelo caminho, criar poderes inéditos para a Casa Branca. Tinham acabado os dias de lutar com inimigos fardados e exércitos militares, segundo as regras das Convenções de Genebra. «O mundo é um campo de batalha» era o mote repetido pelos neoconservadores no aparelho da segurança nacional dos EUA e colocado em diapositivos de PowerPoint, que descreviam os planos para uma guerra global radical e sem fronteiras. Mas os terroristas não iam ser o seu único alvo. O sistema democrático de vigilância e equilíbrios, que remontava há 200 anos, estava claramente na sua mira.

A sala S-407 ficava situada no sótão do edifício do Capitólio. Não tinha janelas e só era acessível através de um elevador — ou umas escadas estreitas. A sala estava classificada como instalação segura e fora munida de equipamento de contraespionagem sofisticado, para impedir qualquer tentativa de escuta ou vigilância a partir do exterior. Durante décadas, a sala fora usada para acolher os *briefings* mais confidenciais de membros do Congresso pela CIA, as forças armadas dos EUA e inúmeras outras figuras e entidades que habitam nas zonas obscuras da política americana. Naquela sala davam-se informações e fazia-se o balanço de ações secretas. Era uma entre um punhado de instalações nos Estados Unidos onde se discutiam os segredos mais zelosamente protegidos da nação.

Naquela sessão à porta fechada no Capitólio, nessa manhã de junho de 2002, os senadores e os representantes iriam ouvir uma história de como os Estados Unidos tinham atravessado um limiar. O objetivo declarado da audiência era rever o trabalho e a estrutura das organizações de contraterrorismo (CT) dos EUA antes do 11 de Setembro. Nessa altura, muita gente apontava o dedo aos «falhanços» dos serviços de informações dos EUA, falhanços esses que levaram aos atentados. Na sequência dos ataques terroristas mais devastadores em solo dos EUA em toda a História, Cheney e Rumsfeld acusaram a Administração Clinton

de não ter sido capaz de reconhecer adequadamente a urgência da ameaça da Al-Qaeda, deixando o território dos EUA vulnerável na altura em que a Bush tomou posse da Casa Branca. Os democratas retaliaram e referiram a sua própria história de combater a Al-Qaeda nos anos 1990. A comparência de Richard Clarke perante os legisladores dos EUA, neste dia em particular, teve, em parte, a intenção de enviar um recado à elite do Congresso. Clarke fora o czar do contraterrorismo do presidente Bill Clinton e presidira ao Grupo de Segurança e Contraterrorismo do Conselho de Segurança Nacional (NSC — National Security Council) na década anterior ao 11 de Setembro. Também fizera parte do Conselho de Segurança Nacional do presidente George H. W. Bush e fora secretário-adjunto de Estado na presidência de Ronald Reagan. Era um dos funcionários mais experientes do contraterrorismo nos Estados Unidos e, na altura da audiência, estava de saída do Governo, embora ainda ocupasse um cargo como conselheiro especial do presidente George W. Bush para a segurança do ciberespaço. Clarke era um falcão que ganhara protagonismo numa administração democrata e sabia-se que defendera acerrimamente mais ações secretas quando Clinton estava no poder. Fazia sentido, por isso, a estratégia da Administração Bush de o escolher para defender um regime de táticas militares e de serviços de informações que fora, anteriormente, considerado ilegal, antidemocrático ou simplesmente perigoso.

Na descrição de Clarke, o diálogo na comunidade da segurança nacional sob Clinton era marcado por uma grande preocupação acerca da possibilidade de violar a proibição presidencial, de longa data, de assassinar pessoas e por um medo profundo de repetir escândalos do passado. Clarke disse acreditar que nascera «uma cultura» na CIA, «que dizia que, quando há operações secretas em larga escala, tornam-se confusas e fogem do controlo, acabando por arrastar a Agência pela lama».

«A história das operações secretas nos anos 1950, 1960 e 1970 não foi feliz», disse Clarke aos legisladores. A CIA orquestrara o derrube de governos populistas na América Latina e no Médio Oriente, apoiara esquadrões da morte em toda a América Central, facilitara o assassinio do líder rebelde Patrice Lumumba no Congo e incentivara juntas militares e ditaduras. A vaga de assassinios ficara tão fora de controlo que um presidente republicano, Gerald Ford, sentira a necessidade de emitir o Decreto Presidencial 11905 em 1976, proibindo explicitamente os Estados Unidos de realizarem «assassinios políticos». Os agentes da CIA que tinham chegado à maturidade à sombra dessa época e que ascenderam

a cargos de autoridade na Agência ao longo dos anos 1990, disse Clarke, «tinham institucionalizado [a noção de que], num certo sentido, a ação secreta é arriscada, e é provável que nos rebente na cara. E os espertinhos da Casa Branca que nos empurram para a ação secreta hão de andar escondidos quando [o Comitê Seletor do Senado para as Informações Secretas] nos chamar para explicarmos a trapalhada em que se tornou a ação secreta».

O presidente Jimmy Carter emendou a proibição de assassinios de Ford para a tornar mais severa. Eliminou palavras que limitavam a proibição aos assassinios políticos e também alargou a proibição de participar em assassinios a mandatários ou contratados pelos EUA. «Nenhuma pessoa empregada ou agindo em nome do Governo dos Estados Unidos participará ou conspirará para participar em assassinios», lia-se no decreto presidencial do presidente Carter. Embora os presidentes Reagan e George H. W. Bush tenham mantido essa linguagem, nenhum decreto presidencial de nenhum presidente definia, realmente, o que constituía um assassinio. Reagan, Bush e Clinton desenvolveram formas de contornar a proibição. Reagan, por exemplo, autorizou um ataque contra a casa do ditador líbio Muammar Kadhafi em 1986, em retaliação pelo seu alegado envolvimento no ataque bombista a uma discoteca em Berlim. O primeiro presidente Bush autorizou ataques contra os palácios de Saddam Hussein durante a Guerra do Golfo de 1991. Clinton fez o mesmo durante a Operação Raposa do Deserto em 1998.

Clarke contou aos legisladores como, durante a Administração Clinton, foram elaborados planos para matar e capturar líderes da Al-Qaeda e outros líderes terroristas, incluindo Osama bin Laden. O presidente Clinton estipulou que a proibição não se aplicava a terroristas estrangeiros envolvidos no planeamento de ataques contra os Estados Unidos. Na sequência dos ataques bombistas às embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, no final de 1998, Clinton autorizou ataques com mísseis de cruzeiro contra presumíveis campos da Al-Qaeda no Afeganistão e também um ataque contra uma fábrica no Sudão, que, segundo a administração, era uma fábrica de armas químicas. Afinal, era apenas uma fábrica farmacêutica. Embora Clinton tivesse outorgado esta autoridade letal, ela era encarada como uma opção a utilizar raramente, apenas por ordem do presidente e avaliando caso a caso. Em vez de dar carta-branca a essas operações, a Casa Branca de Clinton exigia que cada ação proposta fosse minuciosamente inspecionada. Foram criadas estruturas legais e «pareceres letais» foram assinados pelo presidente,

a autorizar o uso de força mortal contra terroristas em todo o globo. Ainda assim, afirmou Clarke, o gatilho raras vezes foi premido.

Clarke admitiu que as autorizações da era Clinton para assassinios seletivos «parecem uma série de documentos muito talmúdicos e algo bizarros», acrescentando que foram redigidos com o cuidado de limitar o âmbito de tais operações. «A administração e, particularmente, o Departamento de Justiça não se queriam livrar da proibição de assassinar como quem deita fora o bebê com a água do banho. Queriam que a expansão de poderes fosse limitada.» Acrescentou que as autorizações para assassinios seletivos da era Clinton parecem «um elenco muito exiguo. Penso, porém, que isso se deveu a esse desejo de não eliminar por completo a proibição de assassinar e criar uma lista de alvos americana».

A representante Nancy Pelosi, uma das democratas mais poderosas do Congresso naquela altura, advertiu os seus colegas na sessão à porta fechada para não discutirem em público qualquer dos memorandos altamente secretos que autorizavam o uso de força mortal. Os memorandos, afirmou, «eram considerados a forma mais restrita de notificação ao mais alto nível no Congresso. É extraordinário (...) que esta informação esteja a ser partilhada aqui hoje». Admoestou contra quaisquer fugas para a comunicação social e prosseguiu: «Não temos qualquer forma de confirmar, negar, especificar ou admitir conhecimento dos memorandos.» Perguntaram a Clarke se pensava que os Estados Unidos deviam revogar a política de proibir assassinios. «Penso que temos de ser muito cuidadosos com a margem de autorização do uso de força mortal», respondeu. «Não creio que a experiência israelita de ter uma lista de alvos vasta tenha tido um êxito tremendo. Não evita, e certamente não evitou, o terrorismo, nem deteve as organizações de assassinar pessoas.» Clarke disse que quando ele e os colegas da Administração Clinton emitiam autorizações para operações de assassinio seletivo, eram dirigidos a casos muito raros e cirúrgicos. «Não queríamos abrir um precedente amplo que permitisse que os agentes dos serviços de informações tivessem, no futuro, listas de alvos, participando de forma rotineira em algo próximo do assassinio... Havia a preocupação, quer no Departamento de Justiça quer em alguns elementos da Casa Branca e da CIA, de não criarmos uma lista de alvos americana que se tornasse uma instituição permanente, à qual pudéssemos continuar a acrescentar nomes, e termos equipas a assassinar pessoas.»

Ainda assim, Clarke fazia parte de um pequeno grupo de agentes da comunidade do combate ao terrorismo sob a Administração Clinton

que fazia campanha para que a CIA fosse mais agressiva no uso dos poderes mortais e para ser alargado o âmbito da proibição de assassinar dentro dos limites nela definidos. «No rescaldo do 11 de Setembro, quase tudo o que propusemos antes do 11 de Setembro está a ser feito», declarou Clarke.

Depressa seria tudo e mais alguma coisa.

Rumsfeld e Cheney tinham povoado a administração de neoconservadores de topo, que tinham passado a era Clinton, na prática, a chefiar um governo-sombra — a trabalhar em *think-tanks* de direita e para grandes empresas de defesa e informações, conspirando para regressarem ao poder. Entre eles contavam-se Paul Wolfowitz, Douglas Feith, David Addington, Stephen Cambone, Lewis «Scooter» Libby, John Bolton e Elliott Abrams. Muitos deles tinham-se formado nas administrações de Reagan e Bush. Alguns, como Cheney e Rumsfeld, até vinham da era Nixon. Vários deles foram protagonistas na construção de uma visão política sob o guarda-chuva do ultranacionalista Projeto para o Novo Século Americano (PNAC — Project for the New American Century). Apesar das decisões de Clinton para usar a força na Jugoslávia e no Iraque e de levar a cabo uma série de ataques aéreos noutras nações, olhavam para a Administração Clinton como uma força quase pacifista que enfraquecera o domínio dos EUA e deixara o país vulnerável. Acreditavam que os anos 1990 tinham sido uma «década de defesa negligenciada». Os neoconservadores defendiam há muito a postura de que, na sequência da Guerra Fria, os Estados Unidos eram a única superpotência e deviam exercer o seu peso de forma agressiva em todo o globo, redesenhando mapas e expandindo o seu império. No centro da sua visão estava um aumento radical dos gastos militares dos EUA, para o que Cheney e os seus assessores tinham elaborado planos quando ele era secretário da Defesa, em 1992. O projeto de Orientações de Planeamento da Defesa de Cheney, afirmavam os neoconservadores no documento fundador do PNAC, «fornecia um modelo para manter a proeminência dos EUA, prevenindo o surgimento de uma grande potência rival, e modelando a ordem da segurança internacional, em linha com os princípios e os interesses americanos». Wolfowitz e Libby eram os autores principais do manifesto da defesa de Cheney, argumentando que os Estados Unidos deviam ser a única superpotência e que havia a necessidade de tomar as ações necessárias para dissuadir «potenciais concorrentes de aspirarem sequer a um papel regional ou global mais vasto».

O seu plano, contudo, foi rejeitado por forças mais poderosas na primeira Administração Bush, nomeadamente o chefe do Estado-Maior, general Colin Powell, o secretário de Estado James Baker e o conselheiro de Segurança Nacional Brent Scowcroft. O projeto final, para grande frustração de Cheney e dos neoconservadores, viu a sua linguagem imperialista grandemente reduzida.

Passada uma década, ainda antes do 11 de Setembro, os neoconservadores — regressados ao poder com a Administração Bush — foram buscar esses planos ao caixote de lixo da História e dedicaram-se a levá-los à prática. Era fundamental alargar a projeção da força dos EUA, e também constituir unidades de operações especiais de elite mais dinâmicas. «As nossas forças no próximo século têm de ser ágeis, letais, rapidamente mobilizáveis, e exigirem o mínimo de apoio logístico», afirmara George W. Bush num discurso de campanha em 1999, redigido por Wolfowitz e outros neoconservadores. «Temos de ser capazes de projetar o nosso poder a longas distâncias, em dias ou semanas, não em meses. Em terra, a nossa artilharia pesada tem de ser mais leve. A nossa artilharia ligeira tem de ser mais mortal. Tudo tem de ser mais fácil de mobilizar.»

Os neoconservadores também planeavam um domínio mais assertivo dos EUA sobre os recursos naturais a nível global e confrontar diretamente os Estados-nação que estivessem no seu caminho. Mudanças de regime em vários países seriam ativamente admitidas, em particular no Iraque, rico em petróleo. «Apoiantes fervorosos de uma intervenção militar dos EUA, poucos neoconservadores serviram nas forças armadas; ainda menos foram eleitos para cargos públicos», observou Jim Lobe, um jornalista que seguiu a ascensão do movimento neoconservador durante a década que antecedeu o 11 de Setembro. Têm um «afã incessante de dominação militar global e desprezo pelas Nações Unidas e pelo multilateralismo em geral». Lobe acrescentou: «Na ótica dos neoconservadores, os Estados Unidos são uma força do Bem no mundo; têm a responsabilidade moral de exercer essa força; o seu poderio militar deve ser dominante; devem estar comprometidos a nível global, mas nunca os compromissos multilaterais devem restringi-los de tomar ações unilaterais na prossecução dos seus interesses e valores; e devem ter uma aliança estratégica com Israel. Saddam tem de sair, argumentam, porque é uma ameaça para Israel, e também para a Arábia Saudita, e porque amontoou — e usou — armas de destruição maciça». O pessoal do PNAC concluíra que os «Estados Unidos procuraram, durante

décadas, desempenhar um papel mais permanente na segurança regional do Golfo. Sendo certo que o conflito não resolvido com o Iraque fornece a justificção imediata, a necessidade da presença de uma força americana substancial no Golfo transcende a questão do regime de Saddam Hussein». Semanas depois de terem tomado posse, Rumsfeld e Cheney fizeram pressão para revogar a assinatura do presidente Clinton, na reta final do seu mandato, do Estatuto de Roma, que reconhecia a legitimidade de um tribunal penal internacional. Não aceitariam que tropas dos EUA pudessem ser sujeitas a eventuais processos pelas suas ações pelo mundo fora. Pouco depois de se tornar secretário da Defesa, Rumsfeld escreveu que queria que a sua equipa jurídica — e as dos outros departamentos do Governo dos EUA — determinasse imediatamente «como sair disto e desfazer a assinatura de Clinton».

Mesmo entre a comunidade de veteranos da política externa do Partido Republicano, estas figuras eram vistas como extremistas. «Quando vimos estas pessoas voltarem à cidade, todos os que cá andavam por aquela altura disseram: “Oh, meu Deus, os malucos voltaram” — “os malucos” — era assim que nos referíamos àquela gente», recordou Ray McGovern, que trabalhou para a CIA durante 27 anos e era porta-voz de Segurança Nacional de George H. W. Bush quando este era vice-presidente e trabalhara para ele quando era diretor da Agência no final dos anos 1970. McGovern disse que, mal chegaram ao poder, os neoconservadores ressuscitaram ideias que tinham ido parar ao lixo em anteriores administrações republicanas, pela mão de dirigentes veteranos de política externa republicanos, acrescentando que tais ideias extremistas depressa «surgiriam das cinzas e seriam executadas». Estes dirigentes acreditavam que «temos muito peso para projetar, e devíamos projetá-lo. Devíamos afirmar-nos em áreas críticas, como o Médio Oriente», disse McGovern.

Durante décadas, Cheney e Rumsfeld tinham sido líderes cruciais de um movimento radical do Governo e, durante as administrações republicanas, dentro da própria Casa Branca. A sua missão era dar ao ramo executivo do Governo dos EUA poderes inéditos para travar guerras secretas, realizar operações secretas sem vigilância e espionar cidadãos dos EUA. A seu ver, o Congresso não tinha nada que vigiar tais operações, devendo apenas financiar as agências que as iriam levar a cabo. Para eles, a presidência devia ser uma ditadura da segurança nacional, que prestasse contas apenas aos seus conceitos do que fosse melhor para o país. Os dois homens começaram por trabalhar juntos na

Casa Branca durante a presidência de Nixon, em 1969, quando Rumsfeld contratou Cheney, então estudante universitário, para ser seu assessor no Gabinete de Oportunidades Económicas. Lançou Cheney numa carreira nas câmaras do poder da elite republicana e num projeto de vida para dar ainda mais poder ao ramo executivo. Quando a Casa Branca de Nixon nos anos 1970 foi abalada por escândalos — com os bombardeamentos secretos do Laos e do Camboja, revelações de uma lista de «inimigos» domésticos e a infame invasão da sede do Comité Nacional do Partido Democrata no Hotel Watergate —, o Congresso dos EUA começou a atacar as prerrogativas do executivo e o sigilo extremo que rodeava a administração. O Congresso condenou os bombardeamentos do Laos e do Camboja e travou uma tentativa de Nixon de vetar a Lei dos Poderes de Guerra de 1973, que limitava o alcance do presidente para autorizar ações militares. Estipulava que o presidente devia «consultar o Congresso antes de enviar as forças armadas dos Estados Unidos para teatros de hostilidades ou situações cujas circunstâncias apontem claramente para envolvimento iminente em hostilidades». À míngua de uma declaração de guerra formal, o presidente teria de informar o Congresso por escrito, com antecedência de quarenta e oito horas em relação a qualquer ação militar, das «circunstâncias que requerem o envio das forças armadas dos Estados Unidos; da autoridade constitucional e legislativa ao abrigo da qual esse envio ocorreu; e do âmbito e duração previstos das hostilidades ou do envolvimento». Cheney considerava a Lei dos Poderes de Guerra inconstitucional e uma ingerência nos direitos do presidente enquanto comandante supremo. Chamou a este período o «ponto baixo» da autoridade presidencial americana.

Depois de o escândalo Watergate ter forçado Nixon à demissão, Cheney veio a ser chefe de gabinete do presidente Ford, enquanto Rumsfeld se tornava o mais jovem secretário da Defesa na história dos EUA. Em 1975, o Congresso intensificou as suas investigações sobre os meandros das operações secretas da Casa Branca sob os auspícios do Comité Church, assim chamado porque o seu presidente era o senador democrata Frank Church, do estado do Idaho. O Comité investigou uma vasta gama de abusos do ramo executivo, incluindo operações de espionagem doméstica contra cidadãos dos EUA. A investigação do Comité Church pintou um quadro de atividades secretas à margem da lei, realizadas sem qualquer vigilância dos tribunais ou do Congresso. O comité também investigou o envolvimento dos Estados Unidos no

derrube e subsequente morte do presidente democraticamente eleito do Chile, o socialista Salvador Allende, em 1973, embora Ford tivesse invocado as prerrogativas do executivo para abafar a investigação. A dado momento nas investigações de Church, Cheney tentou obrigar o FBI a investigar o famoso jornalista Seymour Hersh e a solicitar uma acusação contra ele e o jornal *The New York Times* por espionagem, em retaliação contra a reportagem de Hersh sobre espionagem doméstica ilegal pela CIA. O objetivo era assustar outros jornalistas, dissuadindo-os de revelar ações secretas controversas da Casa Branca.

O FBI rejeitou os pedidos de Cheney para perseguir Hersh. O resultado final da investigação de Church foi um pesadelo para Cheney e o seu movimento pelo poder executivo: a criação de comités do Congresso que teriam mandato legal para vigiar as operações dos serviços de informações dos EUA, incluindo operações secretas. Em 1980, o Congresso aprovou uma lei que exigia que a Casa Branca informasse sobre todos os seus programas de espionagem aos novos comités de serviços secretos. Cheney — e Rumsfeld — passariam grande parte do resto das suas carreiras a tentar boicotar essas autoridades.

No final da administração liberal de Carter, Cheney concluiu que os poderes da presidência tinham sido «gravemente debilitados». Ao longo dos anos da Administração Reagan, Cheney foi representante do Wyoming no Congresso, onde se revelou um adepto fervoroso da deriva radical de Reagan para restaurar o poder da Casa Branca. Como escreveu Charlie Savage, autor premiado com o Prémio Pulitzer, no seu livro *Takeover: The Return of the Imperial Presidency and the Subversion of American Democracy* [Tomada: o Regresso da Presidência Imperial e a Subversão da Democracia Americana], o Departamento de Justiça de Reagan procurou pôr fim ao «ressurgimento do Congresso nos anos 1970», recomendando um relatório que recomendava que a Casa Branca ignorasse as leis que «se intrometem inconstitucionalmente no ramo executivo». Em vez disso, a Administração Reagan podia utilizar «declarações assinadas» presidenciais para reinterpretar leis e emitir decretos presidenciais que pudessem ser usados para contornar a vigilância do Congresso. No início dos anos 1980, a Administração Reagan estava profundamente empenhada em alimentar uma rebelião de direita contra o Governo de esquerda dos sandinistas na Nicarágua, na América Central. O principal instrumento desta campanha era o apoio disfarçado dos EUA aos esquadrões da morte Contras, de direita. Reagan também autorizou a colocação de minas nos portos em redor da Nicarágua, o que valeu

um veredicto contra os Estados Unidos no Tribunal Internacional de Justiça de uso ilegal da força.

Quando o Congresso dos EUA agiu por fim, em 1984, banindo toda e qualquer assistência dos EUA aos Contras através da aprovação da Emenda Boland, alguns funcionários da Casa Branca na presidência de Reagan, liderados pelo coronel Oliver North, que trabalhava no Conselho de Segurança Nacional, iniciaram um plano secreto para canalizar fundos para os rebeldes de direita, violando diretamente leis dos EUA. Os fundos eram gerados pela venda ilícita de armas ao Governo iraniano, violando um embargo contra a venda de armamento. Catorze membros da Administração Reagan, incluindo o seu secretário da Defesa, vieram a ser processados pelo seu envolvimento. Quando o escândalo Irão-Contras foi revelado e o Congresso investigou as suas origens agressivamente, Cheney surgiu como o principal defensor da Casa Branca no Capitólio e emitiu um voto de vencido a defender o programa secreto dos EUA, que a maioria dos seus colegas do Congresso tinha considerado ilegal. O «relatório minoritário» de Cheney a defender a Casa Branca condenava a investigação do Irão-Contras pelo Congresso, chamando-lhe «histórica». O relatório sustentava que a História «deixa poucas dúvidas, uma só que seja, de que se espera que o presidente tenha o papel primordial na condução da política externa dos Estados Unidos» e concluía que «as ações do Congresso limitam o presidente nesta área, pelo que devem ser revistas com um grau considerável de ceticismo. Se interferirem com as funções cruciais de política externa do presidente, devem ser eliminadas».

O presidente George H. W. Bush perdoou os aliados de Cheney condenados devido ao Irão-Contras, e Cheney veio a ser seu secretário da Defesa durante a Guerra do Golfo de 1991, tendo continuado a construir a sua visão de um ramo executivo com poder supremo. Durante o seu tempo como secretário da Defesa, Cheney começou a plantar a semente de outro programa que viria a ajudar à consolidação da supremacia do executivo, encomendando um estudo à gigante petrolífera Halliburton, que esboçava um plano para privatizar ao máximo a burocracia militar. Cheney não demorou a perceber que usar empresas privadas para travar as guerras dos EUA iria criar uma nova barreira contra a vigilância e garantiria melhor o sigilo do planeamento e da execução dessas guerras, declaradas e não declaradas. Cheney viria a dirigir a Halliburton durante a maior parte dos anos 1990, encabeçando o esforço por criar um exército sombra empresarial, que se tornou charneira nas suas guerras ocultas e ostensivas quando voltou à Casa Branca,

em 2001. Durante a era Clinton, Cheney também passou algum tempo no neoconservador Instituto Empresarial Americano, desenvolvendo uma agenda política e militar que pudesse ser concretizada quando o seu partido voltasse ao poder. Quando o presidente George W. Bush tomou posse, Cheney passou a ser o mais poderoso vice-presidente da História. E não perdeu tempo em trabalhar para alargar esse poder.

A 10 de setembro de 2001, um dia antes de o voo 77 da American Airlines — um *Boeing 757* — ter chocado com a fachada oeste do Pentágono, Donald Rumsfeld estava naquele mesmo edifício para proferir um dos seus primeiros grandes discursos enquanto secretário da Defesa. Lá dentro perfilavam-se dois retratos de Rumsfeld — um exibindo-o como o mais jovem secretário da Defesa dos EUA na História, outro como o mais velho. O 11 de Setembro ainda não acontecera, mas Rumsfeld estava no púlpito, nesse dia, para emitir uma declaração de guerra.

«O assunto de hoje é um adversário que representa uma ameaça, uma ameaça grave, à segurança dos Estados Unidos da América», bradou Rumsfeld. «Este adversário é um dos últimos bastiões da planificação central no mundo. Governa ditando planos quinquenais. A partir de uma única capital, tenta impor as suas exigências em vários fusos horários, continentes, oceanos e mais além. Com consistência brutal, asfixia o pensamento livre e esmaga as novas ideias. Perturba a Defesa dos Estados Unidos e coloca em risco as vidas de homens e mulheres fardados.» Rumsfeld — um veterano da Guerra Fria — disse à sua nova equipa que «talvez este adversário pareça a antiga União Soviética, mas esse inimigo já partiu: os nossos inimigos são, hoje, mais subtis e implacáveis. Podem pensar que estou a descrever um dos últimos ditadores decrepitos do mundo. Mas estes, também, já quase fazem parte do passado e não podem corresponder à força e à dimensão deste adversário. O adversário está mais perto de casa. É a burocracia do Pentágono». O que estava em causa era grave, declarou — «uma questão de vida ou morte, em última instância, de todos os americanos». Rumsfeld disse ao seu público, composto por antigos executivos da indústria da Defesa, tornados burocratas do Pentágono, que tencionava agilizar a condução das guerras da América. «Alguns pensarão: “Como diabo pode o secretário da Defesa atacar o Pentágono diante da sua gente?”», disse Rumsfeld à plateia. «Respondo-lhes que não tenho qualquer desejo de atacar o Pentágono; quero libertá-lo. Precisamos de o salvar dele próprio.»

Rumsfeld e a sua equipa chamariam a isto a sua «revolução nos assuntos militares».

A equipa de vedetas da política externa de Bush chegara ao poder com um programa: reorganizar de forma radical as forças armadas dos EUA, para acabar com o que caracterizavam como o enfraquecimento da Defesa nacional na era Clinton e revigorar a opção por sistemas de defesa de mísseis em grande escala, apoiados por Reagan e outros combatentes da Guerra Fria. Como recordou o vice de Rumsfeld, Douglas Feith: «A ameaça do terrorismo jihadista estava na lista de preocupações do Governo dos EUA no início da Administração Bush, no começo de 2001, mas despertava menos atenção do que a Rússia.» O foco no «terrorismo» nos primeiros tempos da administração centrava-se nas ameaças causadas por Estados-nação — Irão, Síria, Coreia do Norte e Iraque — e em provocar mudanças de regime. Cheney e Rumsfeld tinham passado grande parte dos anos 1990 a concluir uma forma de redesenhar o mapa do Médio Oriente, mas não se centraram na ameaça assimétrica colocada pela Al-Qaeda e por outros grupos terroristas. A sua obsessão era o Iraque, não a Al-Qaeda. «Desde o início, construíamos um caso contra Hussein e tentávamos ver como poderíamos derrubá-lo e transformar o Iraque num novo país», disse o antigo secretário do Tesouro Paul O'Neill. «E, se fizéssemos isso, ficava tudo resolvido. Era só encontrar uma forma de o fazer. Era esse o tom da coisa. O presidente dizia: “Boa! Vão arranjar-me uma forma de fazer isto.”» Na segunda reunião do Conselho de Segurança Nacional da nova administração, a 1 de fevereiro de 2001, Rumsfeld disse, sem rodeios: «O que queremos mesmo é pensar em ir atrás do Saddam.»

Ironicamente — e apesar de toda a fanfarronice de Rumsfeld sobre a fraqueza da era Clinton e as acusações neoconservadoras de que os democratas tinham andado a dormir em vez de vigiarem a Al-Qaeda — o próprio Rumsfeld começou por menosprezar a iminência da ameaça colocada por este grupo antes do 11 de Setembro. O jornalista Bob Woodward descreveu ao pormenor uma reunião que terá tido lugar a 10 de julho de 2001, dois meses antes dos atentados de 11 de Setembro. O diretor da CIA, George J. Tenet, encontrou-se com Cofer Black, líder de um Centro de Contraterrorismo da CIA, em Langley, Virgínia. Os dois homens passaram em revista as informações na posse dos EUA sobre Bin Laden e a Al-Qaeda. Black, escreveu Woodward, «expôs o caso, que consistia em comunicações interceptadas e outras informações altamente secretas, que mostravam a probabilidade crescente

de a Al-Qaeda atacar os Estados Unidos em breve. Era uma massa de fragmentos e pontos que, não obstante, compunham um caso convincente, tão convincente para Tenet que decidiu que ele e Black deviam ir imediatamente à Casa Branca». Nessa altura, «Tenet tivera dificuldade em pôr em marcha um plano de ação imediato para Bin Laden, em parte porque o secretário da Defesa, Donald H. Rumsfeld, questionara todas as escutas da Agência de Segurança Nacional e outras informações. “Poderia tudo isto ser um grande logro?”, perguntara Rumsfeld. Talvez fosse um plano para medir as reações e defesas dos EUA.» Depois de examinar as informações com Black, Tenet telefonou à conselheira de segurança nacional Condoleezza Rice, do carro, a caminho da Casa Branca. Quando Black e Tenet se reuniram com Rice naquele dia, segundo Woodward, «sentiram que não estavam a passar a mensagem a Rice. Ela foi bem-educada, mas sentiram-se enxotados». Black disse, mais tarde, que «a única coisa que não fizemos foi apertar o gatilho da pistola que lhe apontávamos à cabeça».

E então, os aviões pilotados pelos sequestradores do 11 de Setembro embateram nas Torres Gémeas e no Pentágono. Rumsfeld e a sua equipa não demoraram muito a perceber que a luta contra o terrorismo não minava os seus planos para o Iraque, podendo, aliás, providenciar uma lógica para os executar. Talvez ainda mais importante, o momento pós-11 de Setembro permitiu que Rumsfeld, Cheney e a sua corte percebessem que as ambições que há tanto tempo alimentavam, de um ramo executivo todo-poderoso, com o direito praticamente ilimitado de travar guerras para lá de todas as fronteiras, se justificavam, no entender deles, com uma ameaça global contra a segurança nacional. Os objetivos e planos de que falavam em tom segredo, em reuniões não oficiais, não tardariam em tornar-se a política oficial dos Estados Unidos.

À medida que a equipa de guerra do presidente Bush começava a planear a resposta aos atentados do 11 de Setembro, Rumsfeld liderou a investida para colocar o Iraque, de imediato, na lista de alvos. Ainda antes das reuniões do fim de semana de 15 e 16 de setembro de 2001, que Bush convocou para Camp David, Feith redigiu um memorando para Rumsfeld, que enumerava «os alvos prioritários imediatos para a ação inicial», a saber: a Al-Qaeda, os talibãs e o Iraque. «A agenda era muito clara desde a noite do 11 de Setembro», disse-me o general Hugh Shelton, na altura chefe do Estado-Maior e mais alto conselheiro militar do presidente Bush. Afirmou que Rumsfeld e Wolfowitz começaram de imediato a pressionar para que fosse lançado um ataque contra o Iraque. «Temos de ir para o Iraque. Temos de ir já», lembra-se de os ter

ouvido dizer. «Embora não houvesse um vestígio, uma migalha de indícios que indicasse que [o 11 de Setembro] estava ligado ao Iraque», disse Shelton. «Ainda assim, os tambores de guerra começaram a soar naquela noite. Não gostaram que, quando eu cheguei ao gabinete naquela noite, com alguns planos que tínhamos [para dar resposta ao 11 de Setembro], nenhum deles incluísse planos para o Iraque.» Richard Clarke afirmou que, a 12 de setembro, o presidente Bush lhe disse três vezes para procurar «qualquer migalha» de indício que ligasse o Iraque aos atentados. Wolfowitz enviou um memorando estratégico a Rumsfeld, defendendo que «mesmo uma probabilidade de 10 por cento de Saddam Hussein estar por detrás do atentado do 11 de Setembro» significaria que «devia ser dada máxima prioridade à eliminação dessa ameaça». A exemplo de Shelton, no campo dos opositores à invasão do Iraque estava um dos seus antecessores, o general Colin Powell, secretário de Estado. Uma década antes, durante a Guerra do Golfo, Powell tivera conflitos com Wolfowitz — na altura subsecretário da Defesa — e com os líderes ideológicos civis do Pentágono, que desejavam enviar tropas dos EUA até Bagdade para destronar Saddam. Mas Powell e alguns conservadores tradicionais, como o antigo secretário de Estado James Baker e Brent Scowcroft, ganharam esse debate. Agora, com os atentados do 11 de Setembro frescos na memória de todos, Wolfowitz e os ideólogos acreditavam que iriam conseguir atingir os seus objetivos.

Em Camp David, disse Shelton, Wolfowitz continuou a fazer pressão a favor de atacar o Iraque, mesmo enquanto Shelton, Powell e altos funcionários dos serviços de informações afirmavam que não havia indícios que sugerissem qualquer relação entre o Iraque e os atentados. Com a discussão centrada no Afeganistão e em atacar o santuário da Al-Qaeda, «Fiel a si mesmo, Wolfowitz levantou a questão: “Precisamos de usar isto como motivo para atacar o Iraque”», recorda Shelton. O Dr. Emile Nakhleh, analista sénior da CIA naquela altura, também estava a informar o presidente no período imediatamente após o 11 de Setembro. Nakhleh trabalhara na Agência durante uma década e passara muito tempo a viajar, sob o disfarce de académico, em países muçulmanos por todo o globo. Tendo lançado o Programa de Análise Estratégica do Islão Político na CIA, e enquanto seu académico residente no tocante a movimentos de islamitas radicais e governos do Médio Oriente, era o equivalente, na Agência, a um general de três estrelas. Em resposta à defesa de uma invasão do Iraque por Rumsfeld e Wolfowitz nessas primeiras reuniões, contou-me Nakhleh, a dada altura levantou-se e disse-lhes: «Se querem ir atrás desse filho da mãe [Saddam] para ajustar

contas, força, mas não temos informações de que Saddam esteja ligado à Al-Qaeda nem ao terrorismo e não temos informações claras» sobre armas de destruição maciça (ADM). Nakhleh afirmou, depois das primeiras reuniões pós-11 de Setembro, que «a minha conclusão, e a de outros analistas, era que eles iam para a guerra. O comboio deixara a estação, independentemente das informações que apresentássemos». O presidente Bush pôs as discussões sobre o Iraque na prateleira durante algum tempo, pois prometera, enquanto candidato, não enveredar pela construção de nações (*nation building*). Dissera querer uma política externa «humilde». Os seus pontos de vista estavam, porém, em rápida evolução.

Seria necessário algum tempo — e mais de uma dúzia de visitas à CIA por Cheney e pelo seu chefe de gabinete, «Scooter» Libby — para produzir «indícios» suficientes de um programa ativo de ADM iraquiano para garantir o êxito dos seus planos para invadir o Iraque. Entretanto, todavia, tinham uma guerra a travar contra a vigilância por parte do Governo e a sua responsabilização. A campanha da CIA e das Forças Especiais no Afeganistão foi, de início, uma derrota. Enquanto a guerra do Afeganistão ia produzindo manchetes espetaculares a apreçoar a rapidez e a determinação da campanha militar dos EUA contra o débil governo talibã, Cheney e Rumsfeld e os seus seguidores neoconservadores entretinham-se a conspirar uma guerra global. Essa guerra alargou-se à frente interna, com escutas sem mandado, detenções em massa de árabes, paquistaneses e outros imigrantes muçulmanos e um retrocesso prodigioso das liberdades cívicas dos cidadãos americanos. Para travar essa guerra teriam de dismantelar e manipular uma burocracia de vigilância e análise jurídica que fora construída por sucessivas administrações. Tudo isto iria abrir a porta a um leque de táticas já usadas antes, mas que agora podiam ser acionadas a uma escala inédita: ações secretas, operações clandestinas (*black ops*), prisões secretas, raptos e o que se saldou por rebatizar os assassínios, de forma encapotada, de «alvos de grande valor».

Ao terminar a era Reagan-Bush, durante a qual a instituição das ações secretas ficara manchada pelo escândalo Irão-Contras, o presidente Clinton instituiu mais mecanismos de vigilância e criou um sistema jurídico rigoroso para aprovar as ações secretas letais. Quando Clinton ou o seu conselheiro de segurança nacional propunham uma ação

secreta, esta tinha de passar por um sistema de vigilância interna: primeiro pela CIA, onde o assessor jurídico da Agência analisava a sua legalidade antes de o passar, para mais análises (e, possivelmente, propor mudanças resultantes da análise jurídica), a dois comités separados da CIA — o Grupo de Planeamento de Ações Secretas e o Grupo de Análise de Ações Secretas. Depois de esses comités analisarem a ação proposta e de sugerirem alterações, aquela regressava ao assessor jurídico da CIA para uma análise final e, depois, era devolvida à Casa Branca. Então, era submetida ao Grupo de Trabalho Interagências para Ações Secretas, composto por representantes de várias agências do ramo executivo. O grupo analisava as potenciais consequências da ação secreta proposta e voltava a estudar a sua legalidade. Após uma análise final pelos dirigentes e os adjuntos das agências relevantes, a ação era apresentada ao presidente, para obter autorização. Estas ações raramente eram aprovadas.

Quando o presidente Bush tomou posse, no início de 2001, a sua administração deu a entender que pretendia manter muitos desses mesmos controlos e equilíbrios. A Diretiva Presidencial de Segurança Nacional-1 (NSPD-1, National Security Presidential Directive-1), assinada por Bush a 13 de fevereiro de 2001, espelhava quase ponto por ponto o sistema da era Clinton para aprovar ações secretas. Em março, porém, Bush instou a conselheira de segurança nacional Condoleezza Rice a pedir à CIA que «preparasse uma nova série de autorizações para ações secretas no Afeganistão». Clarke e os seus interlocutores na CIA que dirigiam a «Unidade Bin Laden» começaram a esboçar ações secretas que pudessem atingir a Al-Qaeda, enquanto a administração propunha reforçar o financiamento do combate ao terrorismo da CIA. Clarke defendeu com veemência um ataque de retaliação contra a Al-Qaeda pelo ataque bombista, em outubro de 2000, ao navio *USS Cole*, ao largo do Iémen. Como acontecia na presidência de Clinton, muitos dos planos incluíam ataques aos líderes da Al-Qaeda no Afeganistão. No fim de maio, Rice e Tenet reuniram-se com Clarke, Cofer Black e o chefe da Unidade Bin Laden para discutir a ideia de «assumir a ofensiva» contra a Al-Qaeda. Naquela altura, a CIA estava a realizar atividades de sabotagem contra Bin Laden, mas o consenso entre estes funcionários era que necessitavam de um plano para «partir a espinha» da Al-Qaeda. Também apoiaram a ajuda secreta ao Usbequistão, mas não chegaram a oferecer qualquer apoio significativo à Aliança do Norte e a outros grupos antitalibãs dentro do Afeganistão. Por outras palavras, davam

continuidade à abordagem de Clinton em relação à Al-Qaeda e ao Afeganistão, embora com mais fundos e de forma mais centrada.

Um projeto de nova Diretiva Presidencial de Segurança Nacional sobre Contraterrorismo começou a circular em junho. O vice-conselheiro de segurança nacional Stephen Hadley descreveu o programa à Comissão do 11 de Setembro como «assumidamente ambicioso», descrevendo um esforço de vários anos, que envolvia «todos os do poder nacional», incluindo um vasto programa de ações secretas. O plano teria, ainda assim, de passar por mais cinco reuniões a nível dos adjuntos antes de ser apresentado aos dirigentes. Numa dessas reuniões, em agosto de 2001, o Comité de Adjuntos do Conselho de Segurança Nacional «concluiu que era legal a CIA matar Bin Laden ou um dos seus adjuntos» num ataque com um *drone Predator*.

Embora o uso de *drones* tenha vindo a tornar-se um emblema do aparelho de assassinio seletivo dos EUA, antes do 11 de Setembro havia um grande debate sobre esse assunto nas fileiras da equipa de contraterrorismo de Bush. No último ano da Administração Clinton, os Estados Unidos começaram a fazer voar *drones* sobre o Afeganistão, a partir de uma base secreta dos EUA, chamada K2, no Usbequistão. Decorria um programa para criar um *drone* artilhado, mas ainda não estava operacional. Cofer Black argumentava que os *drones* nem sequer deviam ser utilizados para reconhecimento e sugeria que a administração esperasse até poderem ser artilhados. Comentou que um *Predator* fora visto a sobrevoar território afegão em 2000, o que levava o governo talibã a apressar-se a enviar caças *MiG*. «Não acredito que a possível mais-valia do reconhecimento compense o risco de possível encerramento do programa quando os talibãs subirem a parada, exibindo um *Predator* carbonizado diante das câmaras da CNN», afirmou Black. A administração acabou por excluir o uso dos *drones* para reconhecimento no Afeganistão até poderem ser artilhados para atacar. Mas, enquanto Black, Clarke e outros na equipa de contraterrorismo defendiam com afã o uso eventual dos *Predator* para levar a cabo operações de assassinio seletivo, a liderança máxima da CIA mostrou-se muito preocupada com a hipótese de a Agência levar a cabo um programa desses, fazendo eco de muitas das preocupações da equipa de contraterrorismo de Clinton sobre a criação de listas de alvos dos EUA. Segundo a Comissão do 11 de Setembro, Tenet «em particular questionou se ele próprio, enquanto diretor dos Serviços de Informações Centrais, devia conduzir um *Predator* armado. “É um terreno ainda não explorado”, disse-nos. Tenet levantou questões cruciais: “Qual é a cadeia de comando? Quem dispara

o tiro? Os líderes da América veem sem desconforto que seja a CIA a fazer isto, fora do comando e do controlo militares normais?» Charles Allen, que era diretor-adjunto da CIA para a recolha de informações entre 1998 e 2005, disse que ele e o número três da Agência, A. B. «Buzzy» Krongard, «disseram que qualquer um deles estaria disposto a apertar o gatilho, mas Tenet ficou horrorizado» e acrescentou que ninguém no pessoal da CIA tinha autoridade para utilizar *drones* para assassinar sumariamente pessoas, ainda que fossem terroristas.

Enquanto estes debates se desenrolavam no interior da Agência, só uma semana antes do 11 de Setembro é que a Administração Bush convocou uma reunião de «dirigentes» para discutir a ameaça da Al-Qaeda. Na reunião de 4 de setembro foi oficialmente apresentado um projeto de Diretiva Presidencial de Segurança Nacional, aprovado «com pouca discussão» para ser apresentado a Bush, para que o assinasse. A conselheira de segurança nacional Condoleezza Rice terá dito ao presidente Bush que, na sua opinião, o ambicioso programa levaria cerca de três anos a pôr em prática. A 10 de setembro, Hadley continuava a pressionar o diretor Tenet e a CIA para que preparassem projetos de autorizações legais «para o “vasto programa de ações secretas” previsto no projeto de diretiva presidencial». Hadley também lhe deu instruções para alinhavar pareceres que «autorizassem uma vasta gama de outras atividades secretas, incluindo capturar ou usar força mortal» contra «elementos de controlo e comando» da Al-Qaeda. De acordo com o relatório da Comissão do 11 de Setembro, esta secção sobrepor-se-ia aos documentos da era Clinton e deveria ter suficiente amplitude «para dar cobertura a quaisquer ações secretas adicionais [relativas a Osama bin Laden] admitidas». Embora a Administração Bush estivesse a trabalhar para alargar o âmbito da força mortal aceitável contra Bin Laden e os seus principais colaboradores, o processo ficou marcado pelas mesmas preocupações expressas durante a era Clinton quanto a conceder licenças radicais para matar. A presidência de Bush estava a enveredar por um caminho semelhante ao da Administração Clinton, tentando contornar a proibição de assassinar e, ao mesmo tempo, continuando a exigir uma análise cuidadosa de cada operação letal proposta.

No dia 11 de Setembro, tudo isso iria mudar.

Enquanto as torres do World Trade Center se desmoronavam, o mesmo sucedia ao sistema de vigilância e análise das operações letais secretas, que fora construído, de forma cuidada, ao longo da década anterior.

«Só uma crise — verdadeira ou percebida — produz verdadeiras mudanças.» Assim escrevia o ícone conservador Milton Friedman no seu livro *Capitalism and Freedom (Capitalismo e Liberdade)*. Friedman foi um importante conselheiro em sucessivas administrações republicanas e tinha uma influência tremenda sobre muitos funcionários da Casa Branca na era Bush. Fora mentor de Rumsfeld no início da sua carreira, e Cheney e os principais neoconservadores da administração consultavam-no regularmente. Friedman defendia que: «Quando essa crise ocorre, os atos dependem das teorias em circulação. Acredito que essa é a nossa principal função: desenvolver alternativas às políticas vigentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível passe a ser politicamente inevitável.»

Para os funcionários superiores das equipas de segurança nacional e defesa de Bush, que tinham passado os oito anos de Clinton — e mais — a desenvolver essas alternativas, os atentados do 11 de Setembro, e o apoio quase unânime do Congresso, controlado pelos democratas, representaram uma oportunidade tremenda para tornarem as suas ideias inevitáveis. Numa previsão inquietante do que viria depois, os neoconservadores do Projeto para O Novo Século Americano tinham afirmado, exatamente um ano antes do 11 de Setembro, no seu relatório «Rebuilding America's Defences» (Reconstruir as Defesas da América), que «é provável que o processo de transformação, mesmo que acarrete mudanças revolucionárias, seja longo, à míngua de algum acontecimento catastrófico e catalisador — como um novo Pearl Harbor». Cheney e Rumsfeld podem não ter sido capazes de antever o 11 de Setembro, mas mostraram ser mestres na exploração dos atentados. «O atentado de 11 de setembro foi um daqueles acontecimentos na História suficientemente poderoso para estimular uma nova maneira de pensar e perturbar os complacentes», lembra Feith. «Criou a oportunidade de muita gente fazer amigos e inimigos, nos Estados Unidos e no estrangeiro — uma nova perspectiva. Rumsfeld, Wolfowitz e eu partilhávamos a opinião de que o presidente tinha o dever de utilizar o seu esplêndido púlpito.»

Ao abrigo da Constituição, é o Congresso, e não o presidente, que tem o direito de declarar guerra. Mas, 72 horas após o 11 de Setembro, o Congresso deu um passo radical noutra direção. No dia 14 de setembro de 2001, a Câmara dos Representantes e o Senado deram ao presidente Bush poderes inéditos para travar uma guerra global, ao aprovarem a Autorização para o Uso de Força Militar (AUMF —

Authorization for Use of Military Force). Esta declarava que «o presidente está autorizado a usar toda a força necessária e apropriada contra as nações, organizações ou pessoas que ele determine que planejaram, autorizaram, cometeram ou colaboraram nos ataques terroristas que ocorreram a 11 de setembro de 2001, ou que albergaram essas organizações ou pessoas, de forma a evitar quaisquer futuros atos de terrorismo internacional contra os Estados Unidos por essas nações, organizações ou pessoas». O uso do termo «pessoas» na autorização significou para a administração um sinal verde para os assassinios. Foi aprovada na Câmara dos Representantes com um único voto contra, e no Senado não teve oposição. O único voto contra a AUFM veio da democrata liberal californiana Barbara Lee. «Por muito difícil que possa ser este voto, alguns de nós devem recomendar o uso da contenção», afirmou Lee, com a voz trêmula, ao tomar a palavra na Câmara dos Representantes naquele dia. «Alguns de nós têm de dizer: “Vamos recuar um momento e pensar bem nas implicações das nossas ações de hoje — compreendamos mais a fundo as suas consequências”», e acrescentou, na sua intervenção: «Temos de ter o cuidado de não embarcar numa guerra sem fim definido, sem estratégia de saída nem alvo definido.» O discurso de dois minutos de Lee foi a maior oposição, no Congresso, aos radicais poderes de guerra e à autoridade que a Casa Branca pedia.

Fortalecido pelo apoio avassalador e bipartidário a uma guerra global, sem fronteiras, contra um inimigo sem Estado, a Administração Bush declarou que o mundo era um campo de batalha. «Temos, no entanto, de trabalhar um pouco no lado obscuro, se me entende», proclamou Dick Cheney no programa *Meet the Press* da NBC, a 16 de setembro de 2001, dando dicas sobre o que aí vinha. «Temos de passar algum tempo na sombra, no mundo dos serviços de informações. Muito do que tem de ser feito aqui terá de ser feito em silêncio, sem qualquer discussão, usando fontes e métodos que estão à disposição das nossas agências de serviços de informações, isto se quisermos ser bem-sucedidos.» O presidente promulgou publicamente a AUFM, tornando-a lei, a 18 de setembro de 2001, mas ainda mais significativa foi a ordem que assinou um dia antes, em segredo. A diretiva presidencial secreta, que permanece em sigilo, concedia à CIA autorização para capturar e deter suspeitos de militância em todo o globo, o que poderia levar à criação de uma rede daquilo a que os funcionários da administração chamavam, internamente, «sítios negros» (*black sites*) que pudessem ser usados para encarcerar e interrogar prisioneiros. A diretiva também eliminava as

barreiras da vigilância e da análise interagências do processo de autorização de assassinios seletivos. De forma talvez mais relevante, punha fim à prática de o presidente ter de subscrever cada operação secreta letal. Os advogados da administração concluíram que a proibição de assassinar não se aplicava às pessoas que aquela classificava como «terroristas» e deu grande margem de manobra à CIA para autorizar operações mortais sem mais. De início, o presidente Bush queria que a CIA assumisse a liderança. Tinha o homem certo para esse trabalho.

Cofer Black passara grande parte da sua carreira na sombra, em África. Iniciara-se na CIA na Zâmbia, durante a Guerra da Rodésia, e depois na Somália e na África do Sul durante a guerra brutal do regime do *apartheid* contra a maioria negra. Durante o tempo que passou no Zaire, Black trabalhou no programa de armas secreto da Administração Reagan, destinado a armar forças anticomunistas em Angola. No início dos anos 1990, muito antes da maior parte da comunidade do combate ao terrorismo, Black tornou-se obcecado com Bin Laden e declarou que este era uma grande ameaça que teria de ser neutralizada. Entre 1993 e 1995, Black trabalhou, sob cobertura diplomática, na Embaixada dos EUA em Cartum, no Sudão, onde desempenhou o cargo de chefe da delegação da CIA. Bin Laden também estava no Sudão, a tecer a sua rede internacional, formando aquilo que a CIA viria a descrever, no final da comissão de Black, como «a Fundação Ford do terrorismo islâmico sunita». Os agentes de Black, que seguiam o rasto de Bin Laden, trabalhavam ao abrigo de uma «diretiva de funcionamento» da era Clinton, que os limitava a recolher informações sobre Bin Laden e a sua rede. Black queria licença para matar o bilionário saudita, mas a administração Clinton ainda não tinha assinado os pareceres letais que viria a assinar após os atentados bombistas às embaixadas em África em 1998. «Infelizmente, naquela altura as permissões para matar — oficialmente chamadas pareceres letais — eram tabu na Agência», afirmou o operacional da CIA Billy Waugh, que trabalhara em estreita colaboração com Black no Sudão. «No início dos anos 1990 éramos forçados a seguir o sacrossanto aconselhamento jurídico e os bonzinhos.» Entre as ideias de Waugh que foram rejeitadas estava, alegadamente, um plano para matar Bin Laden em Cartum e deixar o seu corpo na Embaixada iraniana, na tentativa de atirar as culpas para Teerão, uma ideia que, diz Waugh, Cofer Black «adorou».

Nos dias iniciais da Administração Bush, Black começou de novo a mexer os cordelinhos na tentativa de obter autorização para perseguir

Bin Laden. «Vinha ao meu gabinete e desbobinava todas as vezes que tentara fazer algo quanto a Osama Bin Laden, antes do 11 de Setembro», recorda Lawrence Wilkerson, que era, na altura, chefe de gabinete do secretário de Estado Colin Powell. Disse-me que Black afirmara que: «devido à falta de coragem da Delta [Force], e à falta de competência burocrática na CIA, nunca conseguira fazer nada». Segundo Wilkerson, Black disse-lhe que «sempre que apresentava uma possibilidade à Delta, por exemplo, apareciam com uma lista de perguntas a que tinham de dar resposta, como: “Que tipo de pregos estão na porta?”, “Que tipo de fechadura tem a porta?”, “Dê-nos o número de série da fechadura” e coisas deste tipo, o que é procedimento padrão das SOF [Special Operations Forces – Forças de Operações Especiais] quando não querem fazer algo». Para grande satisfação de Black, essas práticas meticulosas depressa viriam a ser dispensadas por completo.

No dia 6 de agosto de 2001, o presidente Bush estava no seu rancho de Crawford, Texas, onde recebeu um memorando presidencial diário com o título «Bin Laden Decidido a Atacar nos EUA». Mencionava duas vezes a possibilidade de operacionais da Al-Qaeda tentarem sequestrar aviões e afirmava que informações do FBI «indicam padrões de atividade suspeita [nos Estados Unidos] consistente com preparações para sequestros ou outro tipo de ataques, incluindo vigilância recente de edifícios federais em Nova Iorque». Passados nove dias, Black falou numa conferência secreta de combate ao terrorismo no Pentágono. «Vamos ser atacados em breve», afirmou Black. «Muitos americanos vão morrer, e pode acontecer nos EUA.»

Depois do 11 de Setembro, Bush e Cheney reescreveram as regras do jogo. Black já não precisava de apontar uma pistola à cabeça de ninguém para obter permissão para operações letais. «O meu sentimento pessoal foi: “Agora começou oficialmente”», recorda Black. «A analogia adequada seria com o cão que rosna, acorrentado ao chão, e que agora vai ser solto. E eu mal podia esperar.» Na sua primeira reunião com o presidente Bush depois dos atentados de 11 de setembro, Black descreveu como paramilitares da CIA iriam ser destacados para o Afeganistão para caçar Bin Laden e os seus sequazes. «Quando tivermos terminado com eles, as moscas pousarão nos seus globos oculares», prometeu Black, num desempenho que lhe valeria ser designado, no círculo mais restrito da administração, como «o tipo das moscas nos globos oculares». O presidente terá adorado o estilo de Black. Quando este disse a Bush que a operação não aconteceria sem sangue, o presidente retorquiu: «Vamos. A guerra é isso. É isso que estamos aqui para

vencer.» Philip Giraldi, diretor de recrutamento de agentes, que fez carreira na CIA e passou pela «Quinta» (The Farm), um centro de formação da CIA na zona rural da Virgínia, com Black, lembra-se de o ter encontrado no Afeganistão pouco depois de as primeiras equipas dos EUA terem aterrado lá depois do 11 de Setembro. «Não o via há anos», contou-me Giraldi. «Fiquei impressionado por se ter tornado tão tacanho. Basicamente, só falava de conseguir a cabeça de Bin Laden numa bandeja — e queria literalmente dizer a cabeça dele numa bandeja.» Giraldi diz que Black «tinha uma visão estreita das coisas» e odiava os aliados europeus mais chegados à América, incluindo os britânicos, dizendo que «não confiava neles nem um bocadinho». No que toca à guerra global emergente dos EUA, afirma Giraldi, Black era «um verdadeiro entusiasta, o que é invulgar na Agência. Na Agência, as pessoas tendem a ser um pouco céticas. Quem é agente dos serviços de informações no terreno fica cético em relação a muitas coisas, e bem depressa. Mas o Cofer era um desses entusiastas».

No dia 19 de setembro, uma equipa da CIA, com o nome de código Jawbreaker (Parte-Mandíbulas), zarpou. Black deu instruções diretas e macabras aos seus homens. «Cavalheiros, quero dar-vos ordens de marcha e quero que sejam muito claras. Discuti isto com o presidente, e ele está plenamente de acordo», disse Black ao agente secreto da CIA Gary Schroen e à sua equipa. «Não quero que capturem o Bin Laden e os seus capangas, quero-os mortos», exigiu Black. «Têm de ser mortos. Quero ver fotos das cabeças deles num espeto. Quero a cabeça do Bin Laden enviada de volta numa caixa cheia de gelo seco. Quero poder mostrar a cabeça do Bin Laden ao presidente. Prometi-lhe que o faria.» Schroen diz que foi a primeira vez, nos seus 30 anos de carreira, que lhe ordenaram que assassinasse um adversário em vez de tentar a captura. Black perguntou se tinha sido claro. «Perfeitamente claro, Cofer», respondeu Schroen. «Não sei onde vamos encontrar gelo seco lá no Afeganistão, mas penso que conseguiremos decerto fabricar espetos no terreno.» Black explicou, mais tarde, porque é que isso era necessário. «Vamos precisar de amostras de ADN», disse Black. «Há uma boa forma de o conseguir. Peguem num machete e arranquem-lhe a cabeça, e ficam com um balde cheio de ADN, que poderão ver e testar. É melhor do que enviar o corpo todo para cá!» Quando diplomatas russos que se reuniram com Black em Moscovo, antes da invasão plena do Afeganistão pelos EUA, recordaram a Black a derrota soviética às mãos dos *mujahedin* apoiados pelos EUA, Black retorquiu. «Vamos matá-los»,

afirmou. «Vamos pôr a cabeça deles no espeto. Vamos dar um safanão ao mundo deles.» Num prenúncio do que viria depois, as operações secretas que Black organizou logo a seguir ao 11 de Setembro recorreram, em grande medida, a empresas de segurança privadas. A equipa inicial da CIA consistia em cerca de 60 antigos Força Delta, ex-SEAL e outros operacionais das Forças Especiais que trabalhavam para Black como independentes, que foram a maioria dos primeiros americanos a chegar ao Afeganistão depois do 11 de Setembro.

De início, a lista de pessoas a abater, sancionada com autorização prévia da CIA para assassínios seletivos, era curta: as estimativas iam de sete a duas dúzias de pessoas, incluindo Bin Laden e o seu vice, Ayman al-Zawahiri. E as operações centravam-se, em grande medida, no Afeganistão. No dia 7 de outubro, o presidente Bush lançou oficialmente a Operação Liberdade Duradoura, e as Forças Armadas dos EUA iniciaram uma campanha de ataques aéreos, a que se seguiu uma invasão por terra. Nos dias iniciais da campanha do Afeganistão, o pessoal da CIA e as Forças Especiais trabalhavam em conjunto. «Estamos a lutar pelos objetivos de CT [contraterrorismo] no teatro afegão», escreveu o chefe de Operações Especiais contra o terrorismo num memorando para o pessoal da CIA, em outubro de 2001. «E embora isto estabeleça metas ambiciosas num terreno muito incerto e movediço, também estamos a lutar pelo futuro da guerra integrada CIA/Departamento da Defesa contra o terrorismo em todo o globo. Sendo certo que iremos cometer erros à medida que exploramos novos territórios e novas metodologias, os nossos objetivos são claros e o nosso conceito de parceria é sólido.» Nessa altura, a CIA tinha escassíssima capacidade paramilitar, mas, enquanto principal agência responsável por dar caça aos responsáveis pelo 11 de Setembro, a CIA podia pedir emprestadas Forças de Operações Especiais para missões.

Rumsfeld não tinha interesse em ser a equipa de apoio da CIA, e a centralidade crescente da Agência na emergente guerra dos EUA não caía bem ao secretário da Defesa. Rumsfeld sentia apenas desprezo pela Administração Clinton, e ele, Cheney e os seus aliados neoconservadores pensavam que a CIA se tornara uma versão deslavada e liberal do que antes fora. Acreditavam que as ações secretas tinham sido manietadas por advogados e pela vigilância do Congresso, desnecessária e intrusiva, que iria prejudicar o que eles viam como operações de vida ou morte que tinham de ser levadas a cabo em segredo. Embora Cofer Black partilhasse o zelo de Rumsfeld em matar «terroristas», isso não

bastava. Rumsfeld não queria ter nada que ver com os burocratas vigilantes da CIA, e não queria as suas forças sob o controlo da CIA. Cheney deixara claro que, sob a sua administração, advogados da CIA e comités do Congresso não seriam encarados como defensores da lei ou como parte de um sistema necessário de controlos e equilíbrios. Como Rumsfeld gostava de dizer, essas instituições eram um empecilho a «devar a luta até aos terroristas». Podiam ser consultados advogados para assinar de cruz políticas secretas e apenas certos membros seletos do Congresso seriam consultados. As informações ao Congresso, incluindo informações mandatadas e de pleno acesso à elite do «Grupo dos Oito» congressistas que recebiam, historicamente, informações sobre operações dos serviços secretos relativas a ações secretas, seriam censuradas e redigidas internamente na Casa Branca, o que significava que os legisladores dos EUA receberiam uma versão assética.

Nos meses que se seguiram ao 11 de Setembro, Cheney, Rumsfeld e as suas equipas lançaram várias iniciativas de grande escala, que visavam garantir que a burocracia não iria criar obstáculos aos seus planos para a utilização não vigiada das forças mais obscuras dos EUA. Cheney queria que a CIA abandonasse a ideia de que gozava de qualquer tipo de independência. Em vez de a Agência desempenhar o papel de principal recurso do presidente para verificar factos e obter informações, o novo trabalho da CIA seria reforçar políticas pré-determinadas. Cheney queria eliminar as análises interagências de ações letais propostas, que eram a norma durante a presidência de Clinton. Pouco depois do 11 de Setembro, a Casa Branca convocou um grupo de advogados seniores da administração, que foram encarregados de justificar do ponto de vista legal a tortura, os raptos e os assassinios. O grupo autointitulava-se, em segredo, o «Conselho de Guerra», e era liderado por David Addington, assessor jurídico e conselheiro de longa data de Cheney, que trabalhara com ele no «relatório minoritário» em defesa do Irão-Contras. Também incluía o conselheiro jurídico da Casa Branca, Alberto Gonzales, e o seu vice, Tim Flanigan; o assessor jurídico do Pentágono, William Haynes; e o vice-procurador-geral adjunto, John Yoo. O Conselho de Guerra excluía explicitamente o assessor jurídico do Departamento de Estado e outros advogados militares e do Departamento de Justiça, que, historicamente, tinham sido incluídos nas estruturas jurídicas de análise no combate ao terrorismo. Tornava-se então claro: este grupo ia desenvolver a justificação legal para táticas de uma guerra suja secreta, e não avaliar a legalidade da mesma de forma independente.

Para travar a sua guerra global, a Casa Branca usou vastamente as táticas que Cheney há muito defendia. Foi fundamental para a sua campanha do «lado obscuro» a utilização de pareceres presidenciais, que, dada a sua natureza, iriam limitar grandemente qualquer vigilância eficaz por parte do Congresso. Segundo a Lei de Segurança Nacional de 1947, o presidente é obrigado a emitir um parecer antes de ordenar uma ação secreta. A lei afirma que a ação deve obedecer à lei dos EUA e à Constituição. O parecer presidencial assinado por Bush a 17 de setembro de 2001 foi utilizado para criar um programa secreto, altamente sigiloso, cujo nome de código era Greystone. O GST, como era designado em documentos internos, viria a tornar-se o capote debaixo do qual muitas das atividades mais clandestinas e legalmente questionáveis foram autorizadas e executadas nos primeiros dias da Guerra Global contra o Terrorismo (GWOT — Global War on Terrorism). Apoiava-se na interpretação que a administração fazia da AUMF aprovada pelo Congresso, que declarava que qualquer suspeito da Al-Qaeda em qualquer parte do mundo era um alvo legítimo. Com efeito, o parecer presidencial declarava que todas as ações secretas eram pré-autorizadas e legais, o que, segundo os críticos, violava o espírito da Lei de Segurança Nacional. Ao abrigo do GST, foi criada uma série de programas compartimentados, que, em conjunto, formavam de facto uma operação global de assassínio e rapto. A autorização de assassínios seletivos foi radicalmente agilizada. Essas operações deixaram de precisar de aprovação presidencial direta, caso a caso. Black, chefe do Centro de Contra-terrorismo, passava a poder ordenar ataques diretamente.

No dia em que Bush assinou o memorando de notificação, que autorizava, entre outras iniciativas, um programa de Detidos de Alto Valor, pessoal do CTC e «interlocutores estrangeiros seletos» foram informados sobre o mesmo, em Washington, D. C., «Cofer [Black] apresentou uma nova autorização presidencial, que alargava as nossas opções para lidarmos com alvos terroristas — uma das poucas vezes que tal sucedeu desde que a CIA foi oficialmente proibida de realizar assassínios, em 1976», recordou Tyler Drumheller, antigo líder de operações clandestinas da CIA na Europa. «Ficou claro que a administração via nisto uma guerra que seria, em larga medida, travada pelos serviços de informações. Isso exigia uma nova forma de funcionar.» John Rizzo, advogado veterano da CIA que ajudou a redigir a autorização, disse mais tarde: «Nunca, na minha carreira, participara ou vira sequer uma autorização presidencial tão abrangente e agressiva. Era simplesmente extraordinário.»

O GST também serviu para operações de rapto, conhecidas como «rendições extraordinárias». Ao abrigo do GST, a CIA começou a coordenar esforços com serviços de informações de vários países para criar acordos de «Estatutos das Forças» de forma a criar prisões secretas onde os detidos pudessem ser encarcerados, interrogados e mantidos à distância da Cruz Vermelha, do Congresso dos EUA e de qualquer coisa que se assemelhasse vagamente a um sistema de justiça. Estes acordos conferiam imunidade não só aos funcionários do Governo dos EUA, mas também empresas de segurança privadas. A administração não queria apresentar os suspeitos de terrorismo a tribunal, «porque levariam com os advogados», disse Jose Rodriguez, que na altura chefiava a Direção de Operações da CIA, a secção responsável por toda a «ação» executada pela Agência. «[O nosso] trabalho, antes de mais, é obter informação.» Para obter essa informação, era dada autorização aos interrogadores para usarem técnicas horripilantes, por vezes medievais, com os detidos, muitas das quais foram desenvolvidas através do estudo das táticas de tortura dos inimigos da América. Os advogados do Conselho de Guerra emitiram uma série de documentos jurídicos, mais tarde alucinados de «Memorandos da Tortura» por organizações de defesa dos direitos humanos e das liberdades cívicas, que procuravam racionalizar essas táticas como algo de necessário e diferente da tortura. «Precisávamos de conseguir que toda a gente no Governo vestisse as calças e concedesse as autorizações de que necessitávamos», recorda Rodriguez, que viria a tornar-se, com Black, um dos arquitetos cruciais da política da tortura. «Tinha muita experiência na Agência, onde nos fizeram arcar com as culpas. E não estava disposto a deixar isso acontecer às pessoas que trabalhavam para mim.»

A CIA começou a manter prisioneiros no Afeganistão, em segredo, nas imediações do Campo de Aviação de Bagram, que fora requisitado pelas forças militares dos EUA. No início, era uma operação *ad hoc* com prisioneiros enfiados em contentores de carga. Viria a expandir-se para outra mão-cheia de locais discretos, entre eles uma prisão subterrânea perto do aeroporto de Cabul e uma velha fábrica de tijolo a norte de Cabul. Fazendo o papel de subdelegação da CIA, a fábrica ficou conhecida como a «Salina» (Salt Pit) e foi usada para albergar prisioneiros, incluindo os que tinham sido raptados noutros países e levados para o Afeganistão. Funcionários da CIA que trabalharam em contraterrorismo nos primeiros dias após o 11 de Setembro afirmaram que a ideia de uma rede de prisões secretas pelo mundo fora não era, inicialmente, um

plano de grande amplitude, mas acabou por evoluir à medida que o âmbito das operações cresceu. A CIA tinha começado por pensar usar navios militares e ilhas remotas — como ilhas desabitadas no meio do lago Kariba, na Zâmbia — como possíveis locais de detenção onde seriam interrogados os suspeitos de serem operacionais da Al-Qaeda. A CIA acabaria por construir a sua própria rede de sítios negros secretos em pelo menos oito países, incluindo Tailândia, Polónia, Roménia, Mauritânia, Lituânia e a ilha Diego Garcia, no oceano Índico. No início, porém, sem ter as suas próprias prisões secretas, a Agência começou a encaminhar os suspeitos para o Egito, Marrocos e Jordânia, para interrogatório. Por usar serviços de informações estrangeiros, os prisioneiros podiam ser livremente torturados sem a confusão dos inquéritos do Congresso.

Nas fases iniciais do programa GST, a Administração Bush encontrou poucas obstruções do Congresso. Tanto democratas como republicanos concederam enorme margem de manobra à administração para levar a cabo a sua guerra secreta. Já a Casa Branca recusou-se, por vezes, a fornecer pormenores das suas operações secretas aos comités de vigilância relevantes do Congresso, mas enfrentou escassos protestos pela sua renitência. A administração também decidiu, unilateralmente, reduzir a elite do Grupo dos Oito congressistas a apenas quatro: os líderes e membros mais importantes dos comités de serviços de informações da Câmara dos Representantes e do Senado. Esses membros estavam proibidos de discutir essas informações fosse com quem fosse. Isto significava, com efeito, que o Congresso deixava de ter vigilância sobre o programa GST. E era isso mesmo que Cheney queria.

A Administração Bush não criou o programa de raptos da CIA. Este teve início na presidência de Clinton a meio dos anos 1990, quando ele assinou uma diretiva presidencial que autorizava a CIA e as Forças de Operações Especiais dos EUA, em conjunto com o FBI, a raptar suspeitos de terrorismo em todo o globo sem terem de respeitar acordos de extradição bilaterais ou convenções internacionais. Mas a diretiva de Clinton também permitia que esses agentes dos EUA enviassem suspeitos de terrorismo para o Egito, onde, distantes das leis dos EUA e de um processo justo, podiam ser interrogados pelos agentes da Mukhabarat (polícia secreta), que não estavam limitados pelas proibições contra a tortura nos EUA. O programa exigia autorização direta para cada operação de rapto. Durante a presidência de Clinton foram realizados mais de 70 raptos. Nalguns casos, aviões dos EUA aterravam em

certos países e levavam os seus alvos para os Estados Unidos, para serem julgados. Entre essas detenções notórias realizadas sob Clinton estavam: Mir Aimal Kasi, cidadão paquistanês que alvejara e matara dois funcionários da CIA à porta do quartel-general da Agência, em 1993, e foi trazido do Paquistão em 1997; Ramzi Yousef, cérebro do atentado bombista do World Trade Center de 1993; Wali Khan Amin Shah, que conspirou para fazer explodir vários aviões dos EUA num único dia, em 1995; e o membro do Exército Vermelho japonês Tsutomu Shirotsuki, responsável pelo ataque à bomba à Embaixada dos EUA em Jacarta em 1986 e acabou por ser raptado em 1996. Todas estas detenções obedeceram a ordens judiciais de juizes dos EUA e culminaram em julgamentos civis. Contudo, nos casos em que os Estados Unidos queriam informações e não justiça, os detidos eram enviados para países terceiros, onde não tinham direitos legais. Em 1998, o Congresso dos EUA aprovou uma legislação que declarava que é «política dos Estados Unidos não expulsar, extraditar ou forçar de outra forma o regresso involuntário de qualquer pessoa a um país onde existam fundamentos substanciais para acreditar que essa pessoa estaria em perigo de ser submetida a tortura, independentemente de a pessoa estar fisicamente presente ou não nos Estados Unidos». As diretivas presidenciais de Bush no pós-11 de Setembro deitaram para o lixo essas preocupações, e a CIA intensificou o seu uso daquilo a que os defensores dos direitos humanos viriam a chamar «táxis da tortura».

À medida que o novo programa de assassinio/captura começou a entrar em velocidade de cruzeiro, no final de 2001, o então número três da CIA, Buzzy Krongard, declarou que a «guerra contra o terrorismo» seria «vencida, em larga medida, por forças que não são conhecidas, em ações que não são vistas e sob formas que podemos não querer saber». Um funcionário dos EUA diretamente envolvido na entrega de reclusos disse ao jornal *The Washington Post*: «Não lhes damos uma carga de porrada. Mandamo-los para outros países, para que possam apanhar uma carga de porrada.» Outro funcionário que supervisionava a captura e transferência de prisioneiros disse ao jornal: «Se não se viola os direitos humanos de alguém algumas vezes, é provável que não se esteja a fazer o trabalho bem feito», e acrescentou: «Não creio que queiramos promover uma visão de tolerância zero a respeito disto. Esse foi, durante muito tempo, o problema da CIA.» Cofer Black foi bastante preciso em referência a isto quando falou ao Congresso sobre a nova «flexibilidade operacional» adotada na guerra contra o terrorismo. «É uma área

altamente secreta, mas tenho de dizer que tudo o que precisam de saber é que havia um antes do 11 de Setembro, e há um depois do 11 de Setembro», declarou Black. «Depois do 11 de Setembro tirámos as luvas.»

A fase inicial do programa de raptos pós-11 de Setembro deu início ao que viria a ser uma batalha de vários anos entre o FBI e a CIA sobre quem deveria liderar a investigação dos atentados terroristas. Também trouxe a lume a pouca consideração que a Casa Branca de Bush tinha por o que quer que se assemelhasse vagamente a uma abordagem de aplicação da lei aos autores do 11 de Setembro. À medida que o regime talibã ruía e as tropas dos EUA entravam aos magotes no Afeganistão, multidões de operacionais da Al-Qaeda começaram a recuar, atravessando a fronteira para o Paquistão. Em novembro, forças paquistanesas capturaram o instrutor da Al-Qaeda, Ibn al-Shaykh Libi, que presumivelmente chefiava o campo de treino de Khalden, no Afeganistão, onde foram treinados o putativo «Bombista do Sapato», Richard Reid, e Zacarias Moussaoui, também conhecido como Vigésimo Sequestrador. Os paquistaneses entregaram Libi a agentes do FBI estacionados na Base Aérea de Bagram, para interrogatório. O FBI via no prisioneiro uma fonte de informação potencialmente valiosa sobre a Al-Qaeda e uma eventual testemunha contra Moussaoui. O agente do FBI Jack Cloonan, em Nova Iorque, disse aos seus agentes no Afeganistão que «conduzissem aquilo como se estivesse a ser feito aqui mesmo, no meu gabinete em Nova Iorque». Afirmou: «Lembro-me de falar com eles numa linha segura. Disse-lhes: “Façam um favor a vocês mesmos, leiam os direitos a esse tipo. Pode ser antiquado, mas se não o fizermos, vai saber-se. Pode levar dez anos, mas, se não o fizerem, vai prejudicar-vos, assim como à reputação da agência. Façam disto um exemplo brilhante do que nos parece estar certo.”» Os interrogadores de Libi descreveram-no como cooperante e «genuinamente amistoso» e disseram que ele concordara em dar-lhes informação sobre Reid em troca da promessa de protegerem a sua família.

Contudo, mesmo quando o FBI acreditava estar a fazer progressos com Libi, operacionais da CIA, às ordens de Cofer Black, apareceram em Bagram e exigiram assumir a custódia dele. Os agentes do FBI rejeitaram que a CIA o levasse, mas a Casa Branca desautorizou-os. «Sabes para onde vais», disse um dos agentes da CIA a Libi, ao tirá-lo das mãos do FBI. «Antes de lá chegares, vou descobrir a tua mãe e fodê-la.»

A CIA levou Libi num avião para o navio *USS Bataan*, no mar Arábico, que também albergava o homem conhecido como talibã americano, John Walker Lindh, que fora capturado no Afeganistão, e outros

combatentes estrangeiros. Dali, Libi foi transferido para o Egito, onde foi torturado por agentes egípcios. O interrogatório a Libi centrou-se num objetivo que se tornaria a pedra de toque do programa de rapto e tortura: provar uma ligação do Iraque ao 11 de Setembro. Uma vez na posse da CIA, os interrogadores asoerberaram Libi com perguntas que tentavam ligar os atentados e a Al-Qaeda ao Iraque. Mesmo depois de os interrogadores que se encarregaram de Libi terem relatado que o tinham vergado e que ele estava «obediente», o gabinete de Cheney interveio diretamente e ordenou que ele continuasse a ser sujeito a técnicas de interrogatório reforçadas. «Depois de um verdadeiro interrogatório macho — que é como quem diz, técnicas de interrogatório reforçadas com esteroides — admitiu que a Al-Qaeda e Saddam trabalhavam em conjunto. Reconheceu que a Al-Qaeda e Saddam trabalhavam juntos em ADM», disse Ali Soufan, antigo interrogador sénior do FBI, ao programa *Frontline* do canal PBS. Mas a Agência de Informações de Defesa (DIA — Defence Intelligence Agency) lançou sérias dúvidas sobre as afirmações então proferidas por Libi, comentando, num relatório secreto dos serviços de informações, que «faltam pormenores específicos» sobre o alegado envolvimento iraquiano, e afirmando que «é provável que este indivíduo esteja, intencionalmente, a induzir em erro» os interrogadores. Observando que ele fora «sujeito a balanços desde há várias semanas», a análise da DIA concluía que Libi podia estar a «descrever cenários aos interrogadores que sabe que vão atrair o interesse daqueles». Apesar de tais dúvidas, a «confissão» de Libi foi, mais tarde, entregue ao secretário de Estado, Colin Powell, quando defendeu o caso fraudulento da administração nas Nações Unidas, a argumentar a favor da Guerra do Iraque. Nesse discurso, Powell diria: «Posso percorrer a história de um operacional terrorista sénior que conta como o Iraque forneceu formação nessas armas à Al-Qaeda». Mais tarde, quando se provou que estas afirmações eram falsas, Libi, segundo Soufan, admitiu ter mentido. «Dei-vos o que queriam ouvir», afirmou. «Queriam que a tortura parasse. Dei-vos o que quer que quisessem ouvir.»

O padrão que emergia desde cedo, com o programa de raptos e interrogatórios, centrava-se em dois objetivos primordiais: desmantelar a rede da Al-Qaeda e evitar mais atentados, e dar suporte à defesa de uma invasão do Iraque. Para atingir essas metas, nenhuma opção ou tática seria descartada. Enquanto o Departamento de Estado alertava contra a declaração de uma guerra global mal concebida e defendia uma resposta mais limitada e de aplicação da lei ao 11 de Setembro, Cheney

começou a esboçar planos para operações ambiciosas de raptos e assassinios a nível global, nas quais certos elementos da CIA começariam por desempenhar um papel de liderança. Cheney, segundo antigos funcionários seniores da CIA e do Departamento de Estado, começaram a dirigir, efetivamente, uma caça ao homem a nível global, usando uma mescla de Forças de Operações Especiais e operacionais da Divisão de Atividades Especiais da CIA, o braço paramilitar da Agência. Os antigos funcionários desprezaram uma cultura que permeava essas operações em que embaixadores, os comandantes das tropas convencionais dos EUA e até chefes de delegações da CIA em todo o mundo ficaram sem saber de atividades secretas ou clandestinas. Para executar este programa, Cheney utilizava a zona cinzenta da lei dos EUA e da autoridade de comando entre a jurisdição da CIA e das Forças Armadas.

Em novembro de 2001, Cheney convocou uma reunião na Casa Branca para dar os toques finais numa ordem presidencial, redigida por Addington e outros advogados, que definia como seriam julgados os prisioneiros capturados em todo o mundo. Como se tornara habitual, os advogados do Conselho de Guerra foram convidados para a reunião, mas funcionários de todo do Departamento de Estado e do Conselho de Segurança Nacional ficaram de fora. Powell e os advogados do Departamento de Estado tinham dito ao presidente Bush que acreditavam que, ao abrigo das Convenções de Genebra, os detidos talibã e da Al-Qaeda tinham direito a tutela jurídica e tratamento humano enquanto estivessem em custódia inimiga. Também avisaram que não garantir tais proteções aos inimigos da América colocaria em risco as vidas dos militares dos EUA capturados na guerra. No dia 7 de fevereiro de 2002, o presidente Bush tomou a sua decisão. Assinou outra diretiva, com base na noção de que as Convenções de Genebra eram «pitorescas» e não se aplicavam a prisioneiros da Al-Qaeda ou talibãs detidos pelos Estados Unidos. A ordem foi emitida logo após a Administração Bush começar a enviar detidos capturados no Afeganistão e noutros sítios para uma prisão militar dos EUA na baía de Guantánamo, em Cuba.

Embora o Congresso estivesse, em grande medida, a dormir ao volante, no que toca às suas responsabilidades de supervisão, durante a fase inicial da guerra contra o terrorismo, a administração sabia que isso não ia durar. No início de 2002, havia no Capitólio quem já exigisse que a CIA e a administração os informassem sobre a gama de táticas usadas pela Agência para perseguir suspeitos de terrorismo. Os pormenores completos sobre como eram conduzidas essas operações do

«Programa Cheney» pós-11 de Setembro e quem ao certo as conduzia nunca serão, provavelmente, revelados. «Foi deliberadamente que mantivemos muito restrito o círculo de pessoas que sabiam onde ficavam os sítios negros. Não contámos ao FBI», recorda Rodriguez, o funcionário da CIA que coordenou a construção e a utilização dos sítios negros. «Muita gente, mesmo aqueles que na Agência tinham as mais altas permissões de segurança, não souberam nada. Tanto quanto sei, a localização dos sítios negros não foi partilhada, sequer, com o presidente.» Rodriguez acrescenta que não era porque os funcionários de topo mantidos fora do círculo não fossem dignos de confiança, «mas simplesmente não tinham «necessidade de saber». As estratégias que impulsionaram a ascensão desta força tornar-se-iam um modelo para um programa secreto que Rumsfeld iria criar no Pentágono. Rumsfeld ia observando a CIA tornar-se o macho alfa no GWOT, sob a orientação de Cheney. Rumsfeld assumiu a determinação de quebrar aquilo a que chamava a «dependência quase total da CIA» no Pentágono e construir uma cortina de ferro em redor das atividades mais sensíveis dos guerreiros de elite da América. Este projeto era visto como um serviço de informações paralelo à CIA, mas também como a mais eficaz máquina de capturar e matar que o mundo já vira — e que, dada a sua própria natureza, não responderia perante ninguém além do presidente e do seu círculo íntimo.